

Emissora Nacional. Designada pelo nome de código “Tóquio”, a Emissora Nacional (EN) é um dos primeiros alvos a ser tomado no âmbito da “operação Fim de Regime” (3h50). Nada voltaria a ser o mesmo naquela que, durante décadas (1935-1974) fora a emissora oficial da ditadura. Após dois dias de indefinição, a primeira mudança de vulto na EN ocorre a 28 de abril, data em que a Junta de Salvação Nacional (JSN) designa uma comissão *ad hoc* (comissão administrativa) para a dirigir. Composta por três oficiais das Forças Armadas (Adalberto Machado e Moura, José Maria de Azevedo e Delfim de Campos Moura), esta direção inaugura uma tendência que se manterá durante todo o processo revolucionário: a ocupação dos cargos diretivos por militares. Estabelecendo como prioridade a manutenção da estação em funcionamento, as primeiras ordens de serviço da comissão administrativa determinam uma nova orientação para a programação que deveria obedecer aos princípios do Programa do MFA e servir a Revolução. Desta forma, suspendem-se de imediato vários programas conotados com a ditadura (como “A Voz do Ocidente”, uma rubrica de propaganda anticomunista, popularizada pelo slogan “Aqui, Voz do Ocidente, Rádio Moscovo não fala verdade”), mantendo-se outros que, durante décadas, tinham contribuído para o prestígio da emissora (nomeadamente de música clássica). Procede-se também ao início da reestruturação da empresa em termos técnicos e humanos. A missão, levada a cabo pela comissão administrativa e por um conjunto de profissionais recrutados para o efeito, traduz-se na constituição de uma nova comissão coordenadora de programas e de

uma comissão técnica de apoio à reestruturação. Dirigida por Álvaro Belo Marques, a comissão coordenadora de programas integra elementos com experiência no meio (como Nuno Martins, Manuel Tomás ou Carlos Albino) mas também na imprensa escrita (como Jaime Gama, Eugénio Alves ou José Jorge Letria). Dos seus trabalhos resultará um novo esquema orgânico: a antiga estrutura fortemente vertical e hierarquizada (presidente, direção, subdireções), dá lugar a uma estrutura horizontal de cinco serviços (programas e planificação; criativos; informativos; realização; de apoio) encimada apenas pela direção de programa. O projeto é desenvolvido pela direção que, em finais de maio, substitui a comissão administrativa. A presidi-la, o tenente-coronel José Guilherme Calvão Borges, coadjuvado por três oficiais do MFA: Campos Moura, Moreira de Azevedo e Alcides de Oliveira. A reorganização da EN passa ainda pelo afastamento de pessoas comprometidas com o anterior regime. Comuns a quase todos os meios de comunicação social (MCS) no período, os saneamentos são particularmente amplos na EN dado que à inicial fase de purgas políticas de elementos tidos como afetos à ditadura, se segue uma outra, reflexo de uma luta política mais ampla, entre grupos portadores de diferentes propostas políticas para o futuro do País. Como observa, no final do Verão Quente de 1975, um ex-adjunto da direção, a EN, “que durante largos anos foi um dos órgãos mais responsáveis da alienação fascista, é hoje o reflexo da luta que se generalizou” (*A Capital*, 29-8-1975). Alvo de constantes críticas e contestação, a ação da comissão de saneamento da EN foi extremamente difícil. Depois do 11 de Março, o clima de conflituosidade e luta partidária agrava-se consideravelmente dando lugar a episódios insólitos, como o ocorrido na manhã de 7 de junho quando os locutores do

programa da manhã leem aos microfones da emissora um comunicado-manifesto contestando um programa anteriormente emitido. Esta situação explosiva que culmina, em finais de junho, na demissão da equipa de Calvão Borges, não é, no entanto, exclusiva da EN. Em toda a comunicação social a situação era preocupante e turbulenta, com a eclosão dos Casos República e Renascença e o crescente conflito em empresas como a RTP, RCP e Século. Em termos gerais, a dissolução da coligação que sustentava o IV Governo Provisório dá conta da crise política mais ampla que afeta o País e que, em breve, provocará o fracionamento do próprio poder militar (Rezola: 2007). Dispondo de uma estreita ligação a vários oficiais da *entourage* do então primeiro-ministro Vasco Gonçalves, a nova direção de Manuel Bouza Serrano vai ter uma vida breve e atribulada. As denúncias de que a EN estaria dominada pelo PCP e pela 5.ª Divisão, fazendo parte de uma estratégia de controlo dos meios de comunicação social, atingem o rubro em finais de agosto na sequência da suspensão de 16 trabalhadores que denunciam a presença de elementos armados nas instalações da Emissora na noite de 23-24 de agosto. Apesar da autocrítica revolucionária efetuada pela direção de Manuel Serrano, a contestação na empresa é insustentável. Segundo declarações de um grupo de trabalhadores, a direção não oferecia “garantias de informação objetiva, independente, ao serviço do povo”, não merecendo a sua confiança (*O Primeiro de Janeiro*, 5-9-75). A situação arrasta-se até 29 de setembro, num crescendo de tensão. Nesse dia, depois de, na sequência do assalto à embaixada de Espanha, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo ordenar a ocupação das estações de rádio e televisão, os trabalhadores da EN decidem não acatar as determinações do Governo e retomar a programação normal. Centenas

de manifestantes concentram-se junto à EN, apoiando a luta dos trabalhadores. Perante uma situação que parece descontrolada, o ministro da Comunicação Social Almeida Santos envia o major João Figueiredo à EN para assumir “plenos poderes” de Direção. A situação colhe de surpresa os funcionários, mas também a anterior direção que interpreta o gesto como uma demissão política. Os primeiros momentos do mandato de João Figueiredo são particularmente difíceis. Os problemas sucedem-se com a ocupação do Emissor Regional da Madeira e os constantes problemas com o pessoal de Lisboa. A divisão dos trabalhadores agrava-se. De um lado, a célula do PCP, denunciando estar em curso um saneamento à esquerda na empresa. Do outro, a comissão de trabalhadores que, rebatendo esta posição, revela publicamente o seu apoio ao VI Governo, “último reduto da democracia e derradeira via possível para a sociedade sem classes” (*Jornal Novo*, 19-11-75). É neste ambiente que chegamos ao 25 de Novembro, dia em que, pelas 17h, a EN é ocupada por forças da Polícia Militar e do Copcon. Os seus apelos à revolução, em nome de Otelo e do poder popular, serão, no entanto, rapidamente neutralizados com a passagem da emissão para o Porto. A revolução chegara ao fim. Um dia depois do termo do estado de sítio que vigorara em Lisboa durante mais de uma semana, o Governo anuncia a sua decisão de nacionalizar todas as estações de rádio (3 de dezembro). 42 funcionários da EN são suspensos por alegada implicação nos acontecimentos do 25 de Novembro. Outros seis serão suspensos dias depois. A emissora do povo e para o povo voltava a ser uma voz ordeira, num país que dá então os últimos passos para a normalização democrática. *V. tb.* DUARTE, MANUEL ALEGRE DE MELO; EXTREMA-ESQUERDA; FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA (FLAMA); GAMA,

EMISSORES

JAIME JOSÉ DE MATOS; LETRIA, JOSÉ JORGE ALVES; SANEAMENTOS

[M I R]

Bibliografia: Arquivo Histórico da RTP • José Medeiros FERREIRA – *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. VIII – *Portugal em Transe*. Lisboa: Círculo de Leitores e Ed. Estampa, 1994 • Mário MESQUITA – “Os Meios de Comunicação Social”, in António Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, p. 360-405. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994 • Maria Inácia REZOLA – *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007; – “Uma rádio na Revolução: a Emissora Nacional, um veículo de informação e cultura do povo e para o povo”, in *XIII Congresso Internacional Ibercom*, Santiago de Compostela, 2013.